

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.ª SL

Aos 14 dias do mês de julho de 2020, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

(Formato presencial e por Skype)

Audiência com a Plataforma Nacional Recuperar Freguesias

A Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS), que foi designada responsável pela realização da audiência, começou por dar as boas-vindas aos representantes da Plataforma Nacional Recuperar Freguesias: Filipe Gonçalves, Paula Cepa, Luís Peixoto, Nuno Cavaco, José Campos, António Cardoso¹, Paulo Primo e Alfredo de Sousa, explicou a metodologia adotada e deu a palavra aos seus requerentes para apresentarem o assunto: anteprojeto de proposta de lei de criação de freguesias elaborada pelo Governo em abril de 2020, em consequência da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro – Reorganização administrativa do território das freguesias.

Numa intervenção inicial, começou por usar da palavra Filipe Gonçalves, que agradeceu a realização daquela audiência.

Por seu turno, Paula Cepa constatou que em Portugal existe um vazio na lei no que concerne à criação de freguesias e à organização territorial e que não é possível aguardar por um parecer da ANAFRE que vá colmatar esse vazio. Daí que caiba a esta Casa pôr ordem neste processo. Sugeriu que fossem contabilizadas todas as moções entradas na Assembleia da República desde 2013 a solicitar a desagregação de freguesias e o impacto que a agregação trouxe para os seus territórios; que o calendário seja acelerado para que nas próximas eleições autárquicas possam existir em pleno as novas freguesias e que, quando a lei for aprovada, seja acompanhada de anexos com formulários que permitam a agilização do respetivo processo.

¹ Ex-deputado, que pertence à freguesia de Pejeiros.





COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.ª SL

Luís Peixoto lembrou que anda nesta luta desde 2013. Constatou que, passados sete anos, muitas pessoas continuam desgostosas com quem tem poder para decidir em matéria de freguesias e sentem-se enganadas designadamente com promessas eleitorais e que a grande maioria das freguesias não quer continuar a manter a agregação “contranatura” de que foi alvo.

A Senhora Deputada Palmira Maciel (PS) cumprimentou os autarcas presentes, disse que conhece muito bem a Plataforma, e os problemas trazidos, que teve origem em Braga, que é o seu distrito. Também se referiu à importância do parecer da ANAFRE, que se aguarda.

Concluiu dizendo que o GP do PS está muito empenhado em que as questões abordadas sejam contempladas da melhor forma.

O Senhor Deputado José Cancela Moura (PSD) saudou de forma especial a Plataforma. Informou que se aguarda a entrada da proposta de lei em causa na Assembleia da República e quis saber a opinião dos membros da Plataforma sobre três questões que lhe parecem pertinentes: primeira, sobre o facto de a iniciativa caber a um terço das freguesias; segunda, sobre os requisitos de reversão (que parece que são os mesmos da criação) das freguesias; terceira, relativa à lei de transferência de competências para as freguesias, que entraria em vigor em janeiro de 2021, uma vez que é sabido que as transferências não vão acontecer, mantendo-se essas competências nas câmaras municipais, sem qualquer penalização.

A Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS) também usou da palavra para dizer que o assunto em causa não é novo (de 2013 a 2020 decorreram 7 anos). Também referiu que sobre a legislação em causa os pensamentos têm evoluído de alguma forma e que talvez tenha sido positivo a não adoção de atitudes radicais que contribuiriam para outro tipo de prejuízos. Assegurou que as situações estão maturadas e que todos reconhecem que há agregações bem-sucedidas e outras que não correram tão bem. A Assembleia da República aguarda o envio pelo Governo da proposta de lei que consagra a criação de novas freguesias para a debater e votar.



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP), que, por estar numa reunião de outra comissão, interveio de seguida, começou por saudar os requerentes da audiência. Disse que a Plataforma tem conhecimento da posição do PCP: consideram que todas as freguesias que foram extintas contra a vontade das populações devem ser repostas, não a regra e esquadro, mas respeitando a sua identidade, o que deve ser muito valorizado.

Do que conhecem do anteprojeto da proposta de lei, parece haver critérios muito restritivos. O PCP entende que importa respeitar a vontade das populações e que devem ser concretizadas as alterações antes do próximo ato eleitoral, que terá lugar em setembro do próximo ano.

De seguida, representantes da Plataforma usaram da palavra para responderem e comentarem as intervenções que, entretanto, ocorreram.

A audiência foi gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 17:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 julho 2020.

A DEPUTADA


(MARIA DA LUZ ROSINHA)



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 40/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Paulo Ferreira
Jorge Paulo Oliveira
José Cancela Moura
Márcia Passos (skype)
Maria da Luz Rosinha
Palmira Maciel
Paula Santos
Pedro Sousa (skype)
Carla Barros (skype)
Maria Gabriela Fonseca (skype)